



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

NÚCLEO DE COORDENADORIA DE ASSESSORIA JURÍDICA (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 73/2021

Processo Administrativo n.º 0002719-90.2021.4.05.7000.

PAD n.º 49/2021. Assinatura anual do JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Aplicação do art. 25, I, c/c o art. 26, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93. Parecer favorável.

1. **Relatório.**

Em observância ao que estabelece o Ato n.º 464/2020 da Presidência deste Tribunal, o epígrafado processo administrativo é apresentado para análise deste Núcleo de Assessoria Jurídica.

Trata-se de um pedido de renovação de assinatura anual do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, no formato digital, conforme descrição contida no PAD n.º 49/2021.

Consoante explicitado no corpo do PAD em referência, o Núcleo de Documentação, Doutrina e Legislação (Biblioteca) informou que o pleito em análise se justifica para atender necessidades de consulta do Gabinete do Desembargador Federal Vladimir de Souza Carvalho.

A empresa Agência de Comunicação do Capibaribe S/A, fornecedora exclusiva do referido periódico, ofertou 01 assinatura anual diária versão digital ao preço de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais) e 02 assinaturas diárias impressas ao preço de R\$1.263,04 (um mil, duzentos e sessenta e três reais e quatro centavos), totalizando, portanto, R\$1.479,04 (um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quatro centavos), conforme descrito na peça n.º 2049030.

Verifica-se que este procedimento encontra-se regularmente instruído com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Pedido de Autorização de Despesa – PAD n.º 49/2021, com a justificativa pertinente ao pleito (peça n.º 2048965);

2. Declaração de exclusividade de edição, publicação e distribuição do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, emitida pelo Sindicato das Empresas Editoras de Jornais do Estado de Pernambuco em favor da Agência de Comunicação do Capibaribe S/A (peça n.º 2049045);

3. Solicitação de empenho (peça n.º 2053805);

4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, válida até 05/10/21; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, válida até 04/10/21; e Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, válida até 11/05/2021 (peças n.º 2049059 e 2080094), todas emitidas em favor da empresa Agência de Comunicação do Capibaribe S/A;

5. Informação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças, asseverando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros e indicando que a despesa será classificada no PTRES n.º 168455, Natureza da Despesa n.º 339039.01, valor R\$ 1.479,04 (peça n.º 2080545).

É o que cabia relatar.

Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

Observa-se a inviabilidade fática de competição, impeditiva da realização de pesquisa de mercado a fim de se obter proposta econômica mais vantajosa, em razão da simples evidência de que a empresa Agência de Comunicação do Capibaribe S/A detém a exclusividade de edição, publicação e distribuição do periódico “DIÁRIO DE PERNAMBUCO” (peça n.º 2049045).

Do mesmo modo, verifica-se que a Seção de Documentação, Doutrina e Legislação informou que a assinatura anual do jornal em comento se faz necessária para fins de consulta do Gabinete do Desembargador Federal Vladimir de Souza Carvalho.

No que concerne à legalidade da contratação, é de se aplicar ao caso a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência da marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra, ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes”.

Todavia, encontram-se atreladas ao procedimento de contratação, tipificado no do artigo 25 em referência, as exigências constantes do parágrafo único do art. 26, da Lei nº 8.666/93, ou seja:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – [...];

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV – [...].” (destaques nossos).

No que se refere à justificativa de preço, foi apresentado o documento juntado à peça n.º 2049030.

Destarte, no que se refere à contratação em apreço, restam, pois, atendidas as exigências dispostas no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Impende ainda ressaltar que, em virtude do princípio da economicidade a ser perseguido pela Administração Pública e seguindo orientação do TCU inserta no Acórdão nº 1336/2006 – Plenário, Processo nº 019.967/2005-4, fragmento transcrito abaixo, as contratações de pequeno valor, como no caso em análise, podem ser dispensadas da respectiva publicação na imprensa oficial.

“9.2. determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o “SECOI Comunica nº 06/2005”, dando-lhe a seguinte redação: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei 8.666/93”.(destaquei)

Todavia, vale ressaltar que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, os instrumentos contratuais poderão ser publicados na forma de extrato no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução nº 29, de 26 de outubro de 2011, em observância aos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, da economia dos atos processuais e da redução dos custos operacionais, tendo em vista a disposição constante em seu art. 1º, cujo teor passo a transcrever:

“Art. 1º - Instituir o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, com meio oficial de publicação dos atos judiciais, dos atos administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º - O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, gratuitamente, no Portal da Justiça Federal da 5ª Região, na internet, no endereço www.trf5.jus.br.

§ 2º - Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais e/ou jornais de grande circulação.

§ 3º - A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir." (destaques nossos)

Desse modo, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que, em prestígio ao princípio da publicidade, o ato de inexigibilidade seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, este Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral opina pela renovação da assinatura anual do periódico "DIÁRIO DE PERNAMBUCO", na versão impressa e digital, conforme acima descrito, mediante contratação direta da empresa Agência de Comunicação do Capibaribe S/A, em conformidade com as condições insculpidas no PAD nº 49/2021 e com fundamento nos exatos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Em 29 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA CAPELA GOMES, SUPERVISOR(A) ASSISTENTE**, em 29/04/2021, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2082277** e o código CRC **C1ACB61B**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DESPACHO

Processo Administrativo n.º 0002719-90.2021.4.05.7000.

Parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da Direção-Geral n.º 73/2021. PAD n.º 49/2021. Assinatura anual do JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Aplicação do art. 25, I, c/c o art. 26, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93. Parecer favorável.

Acolho os termos do Parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da Direção-Geral n.º 73/2021 e autorizo a realização da assinatura anual do periódico “DIÁRIO DE PERNAMBUCO”, na versão digital e impressa, mediante contratação direta da empresa Agência de Comunicação do Capibaribe S/A, em conformidade com as condições insculpidas no PAD n.º 49/2021 e com fundamento nos exatos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93.

Autorizo, por conseguinte, a emissão de nota de empenho em favor da referida empresa.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.



Documento assinado eletronicamente por **TELMA ROBERTA VASCONCELOS MOTTA**, **DIRETOR(A) GERAL**, em 30/04/2021, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2082358** e o código CRC **66395177**.

0002719-90.2021.4.05.7000

2082358v2